



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 72, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.

DD. Senhor (a) Presidente,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Para os efeitos legais, estou submetendo à deliberação dessa Câmara Municipal a seguinte matéria:

Projeto de Lei: nº 72, de 12 de dezembro de 2025.

Ementa: Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir imóvel destinado à implantação de loteamento habitacional de interesse social e dá outras providências.

Justificativa:

Tenho a honra de submeter à apreciação desta Egrégia Casa, o incluso Projeto de Lei, **requerendo caráter de urgência, nos termos do art. 77, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal**, que autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir imóvel destinado à implantação de loteamento habitacional de interesse social e dá outras providências.

A aquisição da área se faz necessária diante da insuficiência de terrenos públicos adequadamente localizados para a execução de políticas habitacionais voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social e com baixa renda. A medida busca enfrentar o déficit habitacional existente, assegurando o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

A área pretendida, contígua à malha urbana já consolidada, apresenta localização estratégica, permitindo o aproveitamento da infraestrutura pública já instalada, como abastecimento de água, energia elétrica e demais serviços essenciais. A opção por área adjacente fundamenta-se em critérios técnicos, urbanísticos, sociais e econômicos, garantindo maior eficiência na implantação do loteamento e evitando gastos adicionais com expansão de infraestrutura, que seriam inevitáveis em áreas isoladas ou distantes do núcleo urbano.

A aquisição poderá ser formalizada com base na hipótese de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da singularidade da localização e da integração da área ao tecido urbano, o que torna inviável a competição. Serão observados os requisitos legais, incluindo avaliação prévia do imóvel e justificativa da vantagem para a Administração Pública, conforme determina o § 5º do referido dispositivo legal.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO

A escolha de outro imóvel desconectado da zona urbana resultaria em maiores despesas com infraestrutura básica, dispersão urbana e diminuição da eficiência na gestão dos serviços públicos, contrariando os princípios da economicidade e da boa administração.

Diante do exposto, resta plenamente demonstrada a necessidade, a oportunidade e o interesse público na aquisição da área, medida indispensável para viabilizar a implantação de um empreendimento habitacional de interesse social, promovendo inclusão, planejamento urbano adequado e o uso racional dos recursos públicos.

Estão anexos a este Projeto de Lei a Ata de Avaliação do Imóvel e o Mapa da Área a ser adquirida, que comprovam tecnicamente a viabilidade e a adequação da área selecionada para os fins previstos.

Assim, contamos com o apoio dos Nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Mato Castelhano/RS, 12 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO

PROJETO DE LEI Nº 72, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A ADQUIRIR IMÓVEL
DESTINADO À IMPLANTAÇÃO DE
LOTEAMENTO HABITACIONAL DE
INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º O Município de Mato Castelhano fica autorizado a adquirir uma área de terras com extensão de 13.699,00 m² (treze mil, seiscentos e noventa e nove metros quadrados), localizada de forma contígua ao Parque Municipal de Eventos Carlos Iran Dreher Simões, destinada à implantação de loteamento habitacional de interesse social.

Art. 2º O valor a ser pago pelo imóvel será de R\$ 342.500,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais), correspondente à aquisição de área total de 13.699,00 m² (treze mil, seiscentos e noventa e nove metros quadrados), equivalente a 1,3699 hectare, ao preço de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por hectare.

Parágrafo único. O valor total do imóvel será pago em uma parcela, no exercício financeiro de 2026, no valor de R\$ 342.500,00 (trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos reais), a ser paga até o dia 31 de março de 2026.

Art. 3º A aquisição do imóvel será precedida de processo licitatório, na modalidade de inexigibilidade de licitação, devido às características de instalação e de localização do imóvel, nos termos do inciso V do art. 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 4º Para atendimento das disposições da presente Lei, o pagamento referente à aquisição do imóvel será realizado mediante utilização de recursos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09 – SECRETARIA MUN ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 09.01 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa 0059 – Política Habitacional

Projeto/Atividade: 1035 – CONSTRUÇÃO, REFORM/AMPL CASAS POPULARES

4.4.90.61.00.00.00 – AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Art. 5º As disposições da presente Lei ficam inclusas nas Leis do PPA e LDO do exercício de 2026.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE MATO CASTELHANO

Gabinete do Prefeito Municipal de Mato Castelhanos, 12 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO AZEREDO FRANÇA
Prefeito Municipal